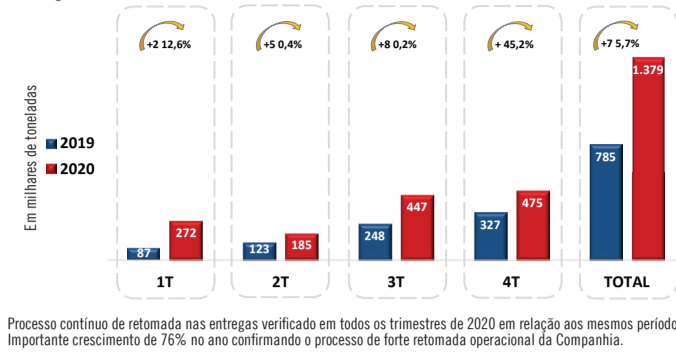
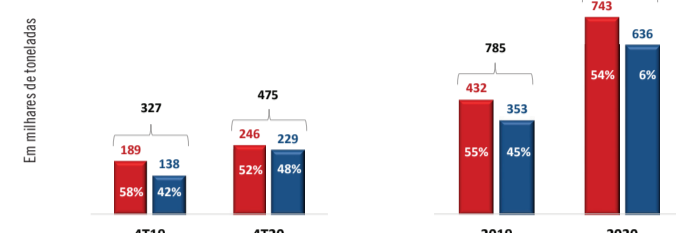


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

A demanda por fertilizantes para a cultura do café no decorrer do ano de 2020 foi responsável pelo maior volume das entregas no período, 34%, enquanto as demais culturas, que contam com mais de 50 culturas, foram responsáveis por 29% das entregas da Heringer em 2020.



Processo contínuo de retomada nas entregas verificado em todos os trimestres de 2020 em relação aos mesmos períodos de 2019. Importante crescimento de 76% no ano confirmando o processo de forte retomada operacional da Companhia.



Apesar do importante aumento no volume total, o crescimento das entregas das linhas dos produtos especiais da Companhia acompanhou os percentuais verificados no ano de 2019.

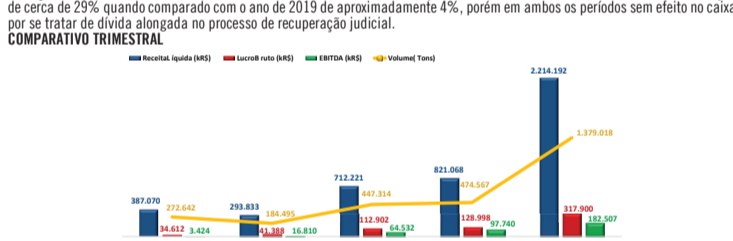
**ECONÔMICO FINANCEIRO**  
**Receita Líquida:** Importante crescimento de 87,4% em relação ao mesmo período de 2019, em decorrência do aumento do volume entregue adicionado ao aumento nos preços de venda.  
**Lucro Bruto:** Expressivo aumento quando comparado ao mesmo período do ano anterior, elevando a margem bruta a mais de 14%, principalmente em consequência do aumento da receita líquida.  
**VG&A:** Importante redução em relação a receita líquida demonstrando adequado manejo de operação da Companhia, trazendo as despesas para patamares históricos.  
**EBITDA:** Positivo de R\$ 182,5 milhões em 2020, demonstrando importante reversão de mais de R\$ 230 milhões em comparação a 2019, em decorrência do importante aumento da Receita Líquida e do Lucro Bruto, adicionado da redução nas despesas VG&A.  
**Despesa Financeira/Resultado Líquido:** No 2020 a influência da despesa com variação cambial (R\$ 254,7 milhões) sobre a dívida em dólares na RJ, sem efeito caixa, foi o grande fator responsável pelo resultado líquido negativo de R\$ 199,2 milhões.  
 A forte desvalorização de cerca de 29% do real frente ao dólar em 2020, apesar de impactar o resultado da Companhia, não traz nenhum efeito sobre o caixa, já que as dívidas em dólar, na sua totalidade, são compostas de valores a serem pagos no longo prazo, relacionados no Plano de Recuperação Judicial, aprovado pela Assembleia de Credores. As importações de matérias primas, para formação dos estoques, visando atender as operações regulares da Companhia, tem sido efetuada sempre com pré-pagamento, eliminando desta forma, riscos de uma desvalorização cambial.  
 A agricultura brasileira foi extremamente beneficiada com a desvalorização cambial ocorrida em 2020, mesmo com o impacto em reais ocorrido nos preços de fertilizantes.

(R\$ MIL)	2020	% RL	2019	% RL	Δ % 20/19
<b>Volume</b>	1.379.018		785.457		75,0%
<b>Receita Líquida</b>	2.214.192	100,0%	1.181.340	100,0%	87,4%
<b>CPV</b>	(1.896.292)	-85,6%	(1.103.100)	-93,4%	71,9%
<b>Lucro Bruto</b>	317.900	14,4%	78.240	6,6%	306,3%
<b>Frete e Comissões</b>	(68.772)	-3,1%	(38.756)	-3,3%	77,4%
<b>VG&amp;A</b>	(102.262)	-4,6%	(183.506)	-15,5%	-44,3%
<b>EBITDA</b>	182.507	8,2%	(117.661)	-10,0%	255,1%
<b>EBITDA AJUSTADO *</b>	182.507	8,2%	(48.747)	-4,1%	474,4%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	(348.344)	-15,7%	1.065.157	90,2%	-132,7%
<b>Resultado Líquido</b>	(199.183)	-9,0%	664.641	56,3%	-130,0%

\* Evento não recorrente: Despesas com consultorias para processo de Recuperação Judicial R\$ 58,5 e Deságio venda ICMS R\$ 10,4

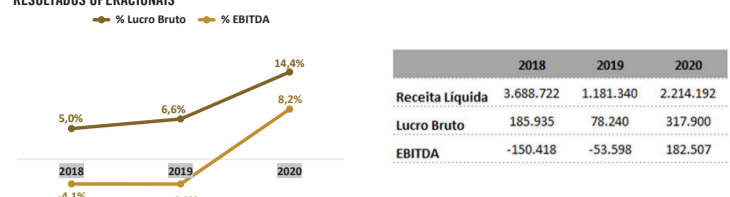
	2020	2019
<b>EBITDA</b>	182.507	-117.661
<b>EBITDA Ajustado *</b>	182.507	-48.747
Juros Sobre Passivo da Recuperação Judicial	-73.117	1.200.129
Outras Despesas Financeiras Líquidas	-20.488	-72.239
Variação Cambial Líquida (Não realizada)	-254.739	-62.733
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	-348.344	1.065.157
IR/CSLL	-5.568	-252.497
<b>Resultado Líquido</b>	-199.183	664.641

\* EBITDA ajustado por evento não recorrente  
**Juros sobre passivo da RJ:** No ano de 2020 o valor (R\$ 73,1 milhões de despesa) contempla a totalidade dos encargos financeiros sobre a dívida conforme plano de recuperação judicial homologado. No ano de 2019 o valor (R\$ 1,2 bilhão de receita) foi constituído e registrado como Ajuste a Valor Justo (AVJ) sobre a dívida homologada, conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros.  
**Outras despesas financeiras líquidas:** Importante redução dos juros e variações monetárias advindas das operações de financiamento de curto prazo da Companhia.  
**Variação Cambial Líquida (Não realizada):** importante incremento de variação cambial líquida no ano de 2020 com desvalorização de cerca de 29% quando comparado com o ano de 2019 de aproximadamente 4%, porém em ambos os períodos sem efeito no caixa por se tratar de dívida lançada no processo de recuperação judicial.



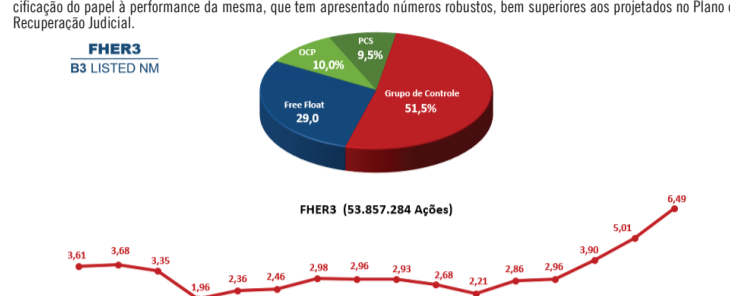
Rentabilidade crescente no decorrer dos trimestres de 2020 demonstraram a evolução no processo de recuperação da Companhia.

RESULTADOS OPERACIONAIS\*



\* % sobre a Receita Líquida  
 Importante evolução nas margens Bruta e EBITDA, resultado da assertividade na estratégia de vendas adotada, demonstrando o processo de retomada da Companhia. A margem EBITDA de 2020 foi a melhor margem dos últimos dez anos.

**MERCADO CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES**  
 As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da B3, a bolsa de valores do Brasil, desde abril de 2007 sob o código FHER3.  
 Dentres os bens fundamentais da Heringer estão um significativo potencial de atuação em um mercado crescente e competitivo, vendas geograficamente equilibradas, base de clientes diversificada, foco nas vendas para o varejo, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida e amplo portfólio de produtos especiais e gestão sólida.  
 O mercado financeiro tem acompanhado o desempenho da Companhia e as ações tem refletido positivamente, ajustando a precificação do papel à performance da mesma, que tem apresentado números robustos, bem superiores aos projetados no Plano de Recuperação Judicial.



\* Cotação de 25/03/21

DIREITO DOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório em dinheiro. Tal reserva não poderá exceder a 30% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido o acréscido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.  
 A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.  
 O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reservas estatutárias, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.  
 Em 31 de dezembro de 2020, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 4.741, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.  
 Até 31 de dezembro de 2020, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são os seguintes:

	2008 a 2017	2018	2019	2020	Total
PSDI (i)	208.546	8.871	87	-	217.504
Desenvolve (ii)	10.217	7.188	1.499	4.741	23.645
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	6.685
	225.448	16.059	1.586	4.741	247.834

Benefício fiscal de redução de ICMS:  
 (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de setembro de 2028.  
 (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 30% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candéias - BA. O programa tem vencimento em 31 de dezembro de 2026.  
 Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena de perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

RECURSOS HUMANOS

A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva, com exceção dos terceirizados e estagiários. Em 31 de dezembro de 2020, o quadro era composto por 1.153 colaboradores diretos, distribuídos em 1.138 profissionais em geral, e 15 aprendizes. Além destes, contava ainda com 17 aprendizes registrados nas instituições credenciadas e com 198 colaboradores de empresas contratadas.  
 O salário dos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base (nominal) e parcela variável, incluindo horas extras, adicional noturno, periculosidade e gratificações.  
 A política de benefícios é concedida aos colaboradores com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, e oferecer ferramentas de trabalho. São oferecidos aos empregados um pacote de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, previdência privada, alienação, transporte, Plano de Participação nos Resultados, entre outros.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

Atendendo ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Heringer obteve dos auditores independentes ou pessoas a ele ligadas, os seguintes serviços que não são de auditoria externa em 2020:  
 \* Consultoria tributária, previdenciária e trabalhista.  
 Os honorários relativos a esses serviços totalizaram R\$ 282.216 mil em 2020.  
 Adicionalmente, a política adotada pela Heringer atende aos princípios que preservam a independência do auditor, para contratação de serviços de auditoria, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

CONCLUSÃO

A administração da Heringer agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados à Companhia ao longo deste atípico ano de 2020, o qual passamos e continuamos vivenciando uma pandemia global. No entanto, diferentemente de outros segmentos, o agronegócio brasileiro permanece operando em níveis recordes, onde a Companhia pode usufruir favoravelmente de seus resultados, visto ser o segmento essencial que a Companhia está inserida. Permanecemos confiantes na continuidade do desempenho positivo do agronegócio brasileiro e na manutenção de sua importância para a economia do país.  
 A Heringer agradece, no contexto da Recuperação Judicial, cumprindo rigorosamente todos os requisitos dispostos no PRJ (Plano de Recuperação Judicial) aprovado em fevereiro de 2020. No tocante às projeções de rentabilidade da Companhia, constante no PRJ, é importante salientar que, no ano de 2020 foram bem superiores aos níveis previamente projetados, tanto em relação ao volume, assim como, na geração de EBITDA (métrica de desempenho operacional), o que demonstra ter sido assertiva a estratégia de reestruturação organizacional adotada com o pedido de recuperação judicial, ao qual a Companhia vem trabalhando com menores volumes de entregas de fertilizantes, se comparado historicamente, porém, com rentabilidade superior.  
 A equipe da Heringer permanece focada na busca da excelência em todas as suas áreas de atividade, através do trabalho e dedicação de todos, visando oferecer sempre a seus clientes produtos e serviços de qualidade.  
 Adicionalmente, conforme descrito acima, apesar dos impactos da pandemia de COVID-19 e das incertezas no ambiente econômico, devido ao setor em que a Companhia está inserida, a administração não identificou impactos relevantes em suas operações, exceto pelos impactos da volatilidade do câmbio.

A Administração

vencimento no dia 19 de cada mês.

Neste mesmo período, para os credores das classes III - Quirografários e IV - Quirografários - EPP / ME, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 1,5 (um mil e quinhentos reais), por meio de totalizando R\$ 268. Para a classe IV, além do pagamento inicial dos R\$ 1,5, foi iniciado o pagamento das dez parcelas semestrais, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, sendo efetivados pagamentos que resultaram em um desembolso total no valor R\$ 679. O saldo remanescente será liquidado de acordo com as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial publicado.  
 No período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu também com o leilão de determinados bens conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial para aceitação de pagamentos das classes I - Trabalhista, ao qual resultou na venda de uma série de ativos não operacionais, o qual gerou o montante de R\$ 7.854, que se encontra depositado em juízo e será destinado aos credores da classe supercitada.

1.2. Reestruturação da dívida e seus reflexos

Com o advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembleia geral de credores em dezembro de 2020, a Companhia passou a ser administrada pelo administrador judicial das firmadas pela Companhia antes da Recuperação Judicial foram renovadas, passando a vigorar as condições apresentadas no mesmo. Consequentemente, os passivos concursais originalmente submetidos à Recuperação Judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Causando as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, impactos significativos em sua posição patrimonial e financeira.  
 Para a mensuração dos novos passivos financeiros a valor justo, a Companhia contratou uma empresa especializada, a qual se utilizou do método de fluxo de caixa descontado para estimar o valor justo dos mesmos. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante, aos da Companhia após a implementação do plano de recuperação judicial. A metodologia de estimativa de valor justo foi de nível 2 - Informações que são observáveis pelo mercado para o passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).  
 A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, para fins de apuração do valor atualizado por classe e opção de cada credor, inclusive reconhecendo o efeito da variação cambial das dívidas em moedas estrangeiras.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na Recuperação Judicial totaliza o montante de R\$ 929.041 em 31 de dezembro de 2020, com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

	2020	2019
<b>Representado (Nota 1.4)</b>		
Opção	Valor nominal	Ajuste a valor justo
Classe I - Trabalhista	29.797	(1.577)
<b>Total Classe I</b>	29.797	(1.577)
Classe II - Garantia Real	Opção 1	272.344
Opção 2	24.255	452
<b>Total Classe II</b>	304.909	(116.985)
Classe III - Quirografários	Opção 1	388.631
Opção 2	105.599	(69.922)
<b>Total Classe III</b>	1.624.014	(1.075.140)
Classe IV - Quirografários	Opção 1	3.585
Opção 2	6.527	(6.052)
<b>Total Classe IV</b>	10.112	(6.000)
<b>Total geral</b>	1.989.222	(1.200.130)

(i) Referente a honorários sucumbenciais devidos pela Companhia o qual foi quitado na Recuperação Judicial, conforme decisão do juiz responsável pela Recuperação Judicial. Esses honorários serão pagos até o final do primeiro semestre de 2021.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com autorização do juiz responsável pela Recuperação Judicial, procedeu com acordo junto a alguns de seus credores inscritos na recuperação judicial, para utilização de recursos bloqueados por estes para quitação de parte das dívidas. Como consequência o montante de R\$ 2.610 para Classe II - Garantia Real e R\$ 1.957 para Classe III - Quirografários foram reduzidos das rubricas de "Depósito judicial" e "Outros Ativos" e utilizados na amortização de parte da dívida.

(iii) Referente a pedido de impugnação apresentado pela Companhia, para correção do valor da dívida de um dos seus credores, o qual foi julgado procedente pelo juiz responsável pela recuperação judicial, resultando assim, na redução da dívida no montante de R\$ 139.

(iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o juiz responsável pela recuperação judicial da Companhia determinou nos autos do processo de recuperação judicial, a extracurricularidade da dívida de um de seus credores. Como resultado a Companhia procedeu com a reclassificação de dívida no montante atualizado de R\$ 35.724, para a rubrica de Empréstimos do passivo não circulante. No exercício de 2020, foi também determinado pelo juiz responsável pela recuperação judicial da Companhia, a decisão de alteração da moeda da dívida de alguns de seus credores, bem como os termos de juros da referida dívida. Como consequência foi observada a modificação substancial nos termos do contrato, resultando na extinção do passivo originalmente contabilizado e registro de um novo passivo mensurado a valor justo, conforme determina o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

1.3. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial, que tem por objetivo assegurar a continuidade das operações da Companhia. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral de Credores anteriormente mencionada, cujas dívidas foram renovadas e classificadas entre passivo circulante e não circulante, de acordo com os termos e condições do mesmo.  
 Adicionalmente a continuidade da Companhia tem uma expectativa razoável sobre a capacidade de manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de implementação das medidas aprovadas no Plano de recuperação judicial e da concretização de outras previsões dispostas no Plano de recuperação judicial. Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade da Companhia de continuar sua operação, incluindo o cumprimento nas condições precedentes resolutivas ou suspensivas incluídas no Plano de recuperação judicial.  
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo do exercício e

**Senhores acionistas,**  
 No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A - Em Recuperação Judicial, apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e das respectivas notas explicativas.  
 No Brasil e no mundo, o ano de 2020 foi marcado por frustrações e incertezas, onde certamente, muitos gostariam de esquecer grande parte dos acontecimentos. Não se pode negar que a pandemia de Covid-19 foi o fato mais marcante da vida de todos e, sem dúvida, do mercado financeiro.  
 Com o advento da Covid-19, surgiu um grande receio no mercado mundial em relação a uma possível recessão econômica, principalmente gerada pela redução da renda da população, podendo vir a impactar a demanda e consequentemente a redução de volumes de vendas internas e externas no mercado como um todo.  
 No mesmo dia de tantos entraves, incluindo o desemprego que foi recorde, atingindo mais de 13 milhões de pessoas, queda de 4,1% do PIB em comparação a 2019, o Brasil apresentou retração econômica menos forte do que pares emergentes durante a pandemia, principalmente por criar medidas como o auxílio emergencial para milhares de pessoas.  
 Há ainda incertezas relacionadas ao potencial impacto que a pandemia poderá gerar nos negócios como um todo, criando interrupções na cadeia de suprimentos e distribuição, o que impactaria negativamente os negócios, afetando seus resultados operacionais e financeiros.  
 A pandemia trouxe de volta as preocupações com segurança alimentar ao redor do mundo e neste cenário a produção agrícola brasileira ocupa um papel essencial como supridor de alimentos à população mundial. O temor pelo desabastecimento, por parte dos países que dependem das importações para o suprimento de alimentos, fez com que houvesse uma forte demanda por grãos no ano de 2020, dando suporte para aumento nas cotações internacionais que aliados ao câmbio trouxeram um cenário de remuneração extremamente favorável aos produtores brasileiros. Neste contexto, não poderia ser diferente, a demanda por fertilizantes no Brasil, apresentando crescimento significativo em 2020, dando suporte ao processo de retomada da Companhia, que vem aproveitando intensamente esse momento favorável, com uma gestão orientada para resultados.  
 Sendo assim o ano de 2021 deverá ser promissor para a agricultura brasileira, a demanda por grãos continuará forte, puxada principalmente por China, o que continuará dando suporte para os bons níveis das cotações internacionais das principais commodities agrícolas.  
 Com previsão de safra recorde mais uma vez, bons preços dos grãos combinado com a atual taxa de câmbio, a renda agrícola deverá ser superior à de 2020, mantendo o excelente cenário para a agricultura brasileira, mesmo enfrentando a primeira e catastrófica pandemia do século XXI com graves consequências mundiais para vários outros setores.  
 Diante dessa crise global de saúde, laboratórios em todo o mundo competem para encontrar uma vacina contra a covid-19, em uma corrida sem precedentes.  
 Desenvolver uma vacina costumava levar décadas, mas a tecnologia e a pressão em meio a pandemia apressaram o processo de encontrar soluções em tempo recorde com imunizantes que estão se apresentando eficazes no combate contra o COVID 19, e que já estão sendo aplicados em larga escala ao redor do mundo. Acreditamos que a normalidade estará de volta no momento em que a grande maioria da população mundial estiver imunizada.

CONJUNTURA E PERSPECTIVAS MERCADO

O Brasil produziu na safra de grãos de 2019/2020, cerca de 257 milhões de toneladas, segundo a CONAB, e deverá colher mais de 272 milhões de toneladas na safra 2020/2021, enquanto a área plantada deverá ser por volta de 68,3 milhões de hectares, com produtividade média esperada de 3,99 ton/ha.  
 A Heringer estima que o consumo brasileiro de fertilizantes em 2021 deve apresentar um crescimento acima de 6,0% em relação a 2020, podendo ter atingido patamares próximos a 39 milhões de toneladas.  
 As importações de fertilizantes atingiram um novo recorde de 32,8 milhões de toneladas em 2020, historicamente correspondendo a cerca de 78,9% (dados dos nove primeiros meses do ano) dos fertilizantes consumidos no Brasil, uma vez que a produção nacional não é tão suficiente para atender o mercado. Em 2021, o percentual importado para atendimento da demanda interna tende a se manter.

UNIDADES ATIVAS - OPERAÇÕES FABRIS



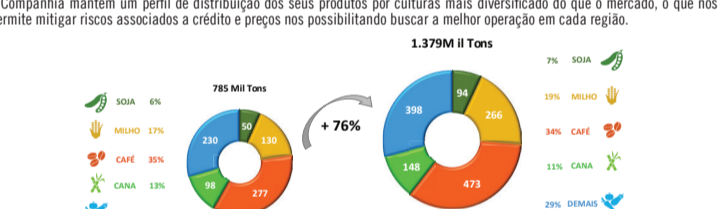
Retomando às atividades em 2021

Com a retomada das unidades de Rosário do Catete - SE e de Rio Verde - GO, a Companhia passará a contar com 4,2 milhões de toneladas de capacidade instalada.

Unidades	Capacidade Instalada (Tons 2020)	Instalada	Armazenagem
Ativos no momento	3.440	538	
Retornando em 2021	750	100	
<b>TOTAL</b>	4.190	638	

ENTREGAS - HERINGER

O processo operacional contou com a retomada de mais duas unidades de mistura que foram hibernadas quando do pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2019. A Companhia mantém um perfil de distribuição dos seus produtos por culturas mais diversificado do que o mercado, o que nos permite mitigar riscos associados a crédito e preços nos possibilitando buscar a melhor operação em cada região.



1.379M Tons

+76%

785 Mil Tons

30% CAFÉ

17% MILHO

6% SOJA

13% CANA

29% DEMAIS

3% OUTROS

30% CAFÉ

17% MILHO

6% SOJA

13% CANA

29% DEMAIS

3% OUTROS

30% CAFÉ

17% MILHO

6% SOJA

13% CANA

29% DEMAIS

3% OUTROS

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2020	2019
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	39.970	20.034
Contas a receber de clientes	186.650	172.293
Estoques	587.931	344.761
Tributos a recuperar	32.515	117.604
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	60.093	74.523
Outros ativos	29.758	33.118
	936.917	762.333
<b>Ativo não circulante mantido para venda</b>	15.765	-
	952.682	762.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2020	2019
--	------	------

prejuízo acumulado nos montantes de R\$ 199.183 (R\$ 664.641 de lucro líquido em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 772.030 (R\$ 573.447 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, tendo apresentado ainda em 31 de dezembro de 2020, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 148.119 (em 31 de dezembro de 2019 patrimônio líquido positivo em R\$ 51.064). Embora os resultados do exercício de 2020 terem sido afetados de maneira significativa pela desvalorização de moedas estrangeiras não convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, com exceção das alterações previstas na Fase 2 da reforma IFRS adotada em 31 de dezembro de 2020.

**2.6. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**  
As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**(a) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

**(b) Alteração ao IAS 1 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imóvelizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

**(c) Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração para esclarecer as regras para fins de avaliar se um contrato oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

**(d) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

**(e) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a base de passivos financeiros; (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamento de aluguel em nome do arrendatário; (iii) IFRS 17 - "Seguros" - simplifica a aplicação da referida norma para subsidiárias que adotou o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração com as exigências de mensuração de outros ativos; (v) IFRS 17 - "Seguros" - simplifica a aplicação da referida norma para subsidiárias que adotou o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Balço Patrimonial	31 de dezembro de 2019		1º de janeiro de 2019	
	Originalmente apresentado	Reapre-sentado	Originalmente apresentado	Reapre-sentado
Ativo				
Circulante	762.333	762.333	951.502	951.502
Não circulante	817.600	19.680	837.280	874.220
Total do ativo	1.579.933	19.680	1.599.613	1.825.722
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	505.430	505.430	2.378.923	2.378.923
Não circulante	1.043.119	1.043.119	88.235	88.235
Patrimônio líquido	31.384	19.680	51.064	621.836
Total do passivo e patrimônio líquido	1.579.933	19.680	1.599.613	1.825.722

Balço Patrimonial	31 de dezembro de 2019		1º de janeiro de 2019	
	Originalmente apresentado	Reapre-sentado	Originalmente apresentado	Reapre-sentado
Ativo				
Circulante	762.333	762.333	951.502	951.502
Não circulante	817.600	19.680	837.280	874.220
Total do ativo	1.579.933	19.680	1.599.613	1.825.722
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	505.430	505.430	2.378.923	2.378.923
Não circulante	1.043.119	1.043.119	88.235	88.235
Patrimônio líquido	31.384	19.680	51.064	621.836
Total do passivo e patrimônio líquido	1.579.933	19.680	1.599.613	1.825.722

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Outras despesas operacionais, líquidas	(8.848)	4.851
Prejuízo operacional	(182.870)	4.851
Resultado financeiro	1.058.588	6.569
Resultado antes do imposto	905.718	11.420
Imposto de renda e contribuição social	(252.497)	(252.497)
Lucro do período e contribuição social	653.221	11.420
Lucro por ação atribuído (expresso em Real por ação)	12,1288	0,2120

Não houve outros impactos nas Demonstrações do Resultado Abreangente, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, além dos ajustes na demonstração do resultado acima mencionados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As alterações de normas novas em vigor em 31 de dezembro de 2020, não afetaram o balanço patrimonial da Companhia devido à natureza e valores dos ajustes efetuados e concluiu que a divulgação acima efetuada para o referido período é suficiente para a compreensão, por parte dos usuários dessas demonstrações financeiras, da natureza e valores dos ajustes efetuados nas cifras comparativas.

**1.5. Impactos decorrentes da pandemia do COVID-19**  
A pandemia de COVID-19 teve impacto no mercado em relação a uma possível recessão econômica, principalmente gerada pela redução da renda da população, podendo vir a impactar a demanda e consequentemente a redução de volumes de vendas internas e externas no mercado como um todo.

As principais incertezas relacionadas ao potencial impacto que a pandemia poderá gerar nos negócios como um todo, possivelmente vindo a afetar as operações da Companhia, criando interrupções na produção e distribuição, o que impactaria negativamente os negócios, afetando seus resultados operacionais e financeiros.

Tais efeitos poderão também atingir negativamente os clientes da Companhia, mesmo que inseridos no segmento agrícola, principalmente no que diz respeito à possível desaceleração a longo prazo na economia mundial, inclusive mercado agrícola, podendo afetar posições de crédito e liquidez da própria Companhia ou seus clientes. Há países que estão suspendendo a comercialização com outros países, inclusive o Brasil, causando impacto nas importações e, consequentemente, afetando a produção e distribuição de insumos agrícolas.

A agricultura brasileira costuma ser um setor menos afetado, por ser considerada como atividade essencial e a população precisa alimentar-se mesmo em fase de desemprego e redução de renda. Especificamente no Brasil, considerando um dos maiores exportadores mundiais de grãos e demais produtos agrícolas, ainda assim, a pandemia de COVID-19 trouxe muita incerteza e volatilidade ao mercado das commodities agrícolas.

O fato de impactos decorrentes da forte desvalorização do Real em relação ao Dólar, causando o aumento dos custos de fertilizantes, cujas matérias-primas são essencialmente importadas. Tais impactos são geralmente absorvidos pelo mercado com preços de vendas também lastreados no dólar. Este cenário é benéfico aos exportadores no curto prazo ou enquanto durar. Também na Companhia, o impacto do câmbio não afetará o caixa, já que a dívida em moeda estrangeira atual será paga principalmente a partir de 2023, devido à carência prevista no plano de Recuperação Judicial e administração, entendendo o "efeito de câmbio" não afetará o caixa no momento a situação financeira da Companhia apesar de ter gerado um valor representativo de despesa de variação cambial.

Com relação aos ativos imobilizados e contas a receber, a administração também entende que não sofre qualquer impacto decorrente do COVID-19, inclusive não identificando a necessidade de ajustes de impairment ou provisões de perdas em contas a receber ou outros ativos.

A Companhia tem reduzido a quantidade de colaboradores trabalhando nos escritórios, priorizando o trabalho em home office para as áreas administrativas, o que não afeta o caixa, quando não é possível o trabalho remoto, são fornecidas condições adequadas para a realização dos trabalhos de forma a evitar o contágio, como por exemplo o fornecimento de álcool em gel e máscaras, aumento do número de ônibus para transporte de colaboradores, distanciamento durante realização de refeições no restaurante, comunicações e instruções sobre como se comportar e utilizar os equipamentos de segurança e proteção, informações atualizadas sobre casos suspeitos ou suspeitos em respectivas proximidades, uso de máscaras e luvas, entre outros.

Todas as ações citadas não têm sido exaustivas. A Companhia continua atuando diante de cada situação ou caso específico, buscando ser o mais eficiente, adequada, sensata e completa possível, à medida que o processo de aprendizado natural face a um evento completamente novo e recente vem se tornando mais conhecida e compreendida na sociedade como um todo.

**2. Base de preparação**  
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

**2.1. Resumo das principais práticas contábeis**  
A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transação para IFRS/OPCS, e, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, com relação a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Isso ocorre devido à legislação societária brasileira requerer que as Companhias abertas apresentem a DVA enquanto, que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de avaliação de ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e pressupostos pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) contingências; (ii) provisões de perdas; (iii) provisões para perdas em caso de ativos imobilizados; (iv) valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizados.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e pressupostos aplicados aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

**2.2. Ativos financeiros**  
**(a) Classificação**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:  
• Mensurados ao valor justo por meio do resultado.  
• Mensurados ao custo amortizado.  
A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Ativos, conforme balanço patrimonial

Classificação	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio do resultado e/ou custo amortizado (i)
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	Custo amortizado

(i) A Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por descontos de recebíveis ("FIDC"). Nesse caso, a Companhia mantém o ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Para esses títulos os saldos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As demais contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado.

**(b) Reconhecimento inicial e mensuração**  
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

**(c) Custo amortizado**  
Os ativos, cujos fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa de valor são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na demonstração do resultado.

**(d) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
A Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por descontos de recebíveis ("FIDC"). Nesse caso, a Companhia mantém o ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Para esses títulos os saldos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As demais contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado.

**(e) Valor justo dos instrumentos financeiros**  
Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra (Nível I). Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros dados de mercado que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade (Nível II).

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**(f) Baixa de ativos financeiros**  
Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, nestes dois casos, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

**(g) Transferência de instrumentos financeiros**  
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar valores reconhecidos e há uma intenção de recebê-los, ou realizar o ativo líquido a passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser condicionado ao evento futuro, a análise de fluxos de caixa descontados e os riscos e o caso de inadimplência, insolvência ou liquidação da empresa ou do contraparte.

**2.2.1. Impairment de ativos financeiros**  
A Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, a metodologia de impairment aplicada dependente de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes a Companhia aplica abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CP 48, e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, e perdas incorridas quando da evidência de deterioração da capacidade de pagamento por parte do cliente.

**2.3. Provisões**  
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.4. Conversão em moeda estrangeira**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, com exceção das alterações previstas na Fase 2 da reforma IFRS adotada em 31 de dezembro de 2020.

**2.6. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**  
As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**(a) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

**(b) Alteração ao IAS 1 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imóvelizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

**(c) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

**(d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a base de passivos financeiros; (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamento de aluguel em nome do arrendatário; (iii) IFRS 17 - "Seguros" - simplifica a aplicação da referida norma para subsidiárias que adotou o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração com as exigências de mensuração de outros ativos; (v) IFRS 17 - "Seguros" - simplifica a aplicação da referida norma para subsidiárias que adotou o IFRS pela primeira vez após a sua consolidação, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

**2.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para o momento da avaliação.

**2.7.1. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 14. As provisões para contingência são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, em relação ao risco de perda e a capacidade de pagamento dos envolvidos.

**(i) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizados**  
Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 10.

**(ii) Valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizados**  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, determinadas unidades da Companhia permanecem com suas atividades paralisadas, dessa forma o valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado pelo valor justo líquido de despesa de venda. A administração da Companhia contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do referido valor justo líquido de despesa de venda. O valor de realização foi determinado por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercados de itens semelhantes de cada grupo de ativos imobilizado que compõem o saldo testado, conforme metodologia aplicável, e comparados com o valor contábil de cada classe do ativo imobilizado por Unidade Geradora de Caixa ("UGC").

**2.7.2. Julgamentos críticos**  
**(i) Ativos e passivos mensurados ao valor justo**  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da aprovação do Plano de Recuperação Judicial, o passivo da Companhia foi devidamente mensurado a valor justo, tendo em vista a novação da dívida que compunha o saldo da recuperação. Adicionalmente durante o exercício de 2020, diante de decisão proferida na Recuperação Judicial também foi observado alterações nos termos e condições de determinadas dívidas inscritas na Recuperação Judicial, resultando na extinção do passivo original e constituição de um novo passivo mensurado inicialmente ao valor justo. Para mensuração destes novos passivos financeiros a valor justo, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado, ao qual para determinação da taxa de desconto mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi necessário julgamento e análise da administração juntamente a especialistas externos, considerando o risco de crédito obtido de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante, as da Companhia foram utilizadas, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**  
O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósitos Bancários), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e recursos em conta corrente	1.731	4.079
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (i) 92,0% do CDI	38.239	15.955
Outros	69.270	20.033
Total	110.240	40.067

(i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), com liquidez imediata.

**4. Contas a receber de clientes**  
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um exercício, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar os fluxos de caixa contratuais, e portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os saldos de provisões para perdas em caso de ativos imobilizados são estabelecidas a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas), no mínimo trimestralmente são analisadas se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber no passivo (i)	229.653	217.318
Contas a receber no exterior	900	1.003
Ajuste a valor justo - carteira negociada	(3.406)	(4.287)
Ajuste a valor presente	(431)	(292)
Total	226.716	213.742

Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa (40.050) (41.152)  
Provisão para perdas em caso de ativos imobilizados 186.666 172.590  
Circulante 186.650 172.293  
Não circulante 16 297  
Total 186.666 172.590

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 648 (R\$ 674 em 31 de dezembro de 2019) e decorrente de transações com partes relacionadas (Nota 9a).  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com taxa de desconto de 1% ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do Ajuste a valor presente foi registrada no resultado do período, na rubrica "Receitas (despesas) financeiras".

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi calculado o Ajuste a valor justo sobre o saldo de Contas a receber de clientes, considerando a taxa de juros efetiva dos títulos descontados. Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 44.606 (R\$ 38.527 em 31 de dezembro de 2019) encontram-se vencidas e sem provisão para perdas. A Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a dívidas de clientes independentes para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial	41.152	46.588
Provisão constituída no período	2.347	2.564
Reversão de provisões e Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incorráveis	(3.406)	(4.152)
Saldo final	40.050	41.152

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa ("impairment") no montante de R\$ 40.050 (R\$ 41.152 em 31 de dezembro de 2019), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
A vencer	1.250	203
Até 180 dias	539	45
Acima de 180 dias	38.261	40.238
Total	40.050	41.152

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial	41.152	46.588
Provisão constituída no período	2.347	2.564
Reversão de provisões e Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incorráveis	(3.406)	(4.152)
Saldo final	40.050	41.152

**5. Estoques**  
Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual liquidez e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção, incluindo o custo de distribuição, e o custo de distribuição.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (ii)(iv)	179.160	223.559
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)(v)	63.766	67.947
Programa de Integração Social - PIS (ii)(iv)	41.402	51.974
RRF sobre instrumentos financeiros derivativos	8.743	8.568
ICMS a recuperar (i)	(2.347)</	

**FERTILIZANTES HERINGER S.A.**  
CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Em Recuperação Judicial

Para a determinação do valor da edificação consideramos os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

Como resultado dos testes realizados, apurou-se que o valor justo líquido de despesa de venda dos ativos das unidades hibernadas totalizam R\$ 390.827, portanto, nenhum ajuste ao valor contábil ("impairment") se faz necessário.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos por fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as passivas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a pagar no país	95.273	81.949
Contas a pagar no exterior (i)	235.235	161.324
	330.508	243.273
Circulante	317.836	230.670
Não circulante	12.672	13.206
	330.508	243.273

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um saldo de bonificações de compras junto fornecedores estrangeiros no valor de R\$ 20.263, a qual seria utilizada somente após liquidações de dívidas inscritas na recuperação judicial, sendo assim, a Companhia procedeu com cálculo e registro de ajuste a valor presente no montante de R\$ 18.803. Para o saldo remanescente no montante de R\$ 1.460, a administração procedeu com a provisão para pagar, considerando o estorno prazo para realização.

Em 31 de dezembro de 2020, considerando a existência de garantias de liquidez imediata junto aos credores, o montante de R\$ 305.879 foi considerado como extracurricular na Recuperação Judicial, dos quais R\$ 56.717 está apresentado no passivo circulante e R\$ 249.162 no passivo não circulante. Consequentemente não seguem os fluxos de pagamento apresentados na recuperação e por esse motivo está apresentado separadamente no passivo. O saldo remanescente refere-se a ajuste a pagar no fluxo normal das operações da Companhia, não há saldo em atraso em 31 de dezembro de 2020.

**iii) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos**

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	
	Financiamento de importação	Capital de giro natural	Finame	Finimp
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>				
Captações	34.838	36.759	341.158	1.931
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(45.714)	(1.302.115)	(1.698)	(7.208)
(-) Pagamento de juros	(2.669)	(29.240)	(63)	(31.972)
(-) Compensação créditos precatórios em garantia (i)	(508.531)	(37.687)	(139.664)	(46.953)
Transfêrencia entre contas (iii)	2.326	928	1.167	59
Provisão de juros	21.983			56
Variação cambial não realizada	2.136			440
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		153.034	229	9.376
Captações		1.772.563	241	2.961
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada		(1.620.560)	(180)	(1.629.949)
(-) Pagamento de juros		(37.266)	(5)	(37.271)
Provisão de juros		173	5	178
Transfêrencia entre contas (iii)				
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		267.944	49	3.128

(i) Compensação de créditos precatórios em garantia junto a instituição financeira, ao qual foi encerrado o processo em 2 de abril de 2019.

(ii) Transfêrencia de saldos de Empréstimos e financiamentos para a rubrica de Empréstimos e Financiamentos RJ conforme Plano de recuperação judicial, incluindo a transfêrencia de operações de Forfait, anteriormente classificadas na rubrica Fornecedores.

(iii) Em junho de 2020, o juiz responsável pela recuperação judicial julgou procedente o pedido de extinção de 2019, em decorrência a aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembleia geral de credores e homologação da Recuperação judicial pelo juiz recuperacional, a administração da Companhia avaliou conforme CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros que os termos e condições originalmente firmados entre a Companhia e seus credores, foram substancialmente modificados, de forma que o passivo financeiro original foi extinto e um novo passivo financeiro foi criado, esse mensurado no reconhecimento inicial ao valor justo.

Em exercício final de 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, para fins de apuração do valor atualizado por classe e opção de cada credor, inclusive reconhecendo o efeito da variação cambial das dívidas em moeda estrangeira.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na Recuperação Judicial totaliza R\$ 929.041, em 31 de dezembro de 2020. O referido Plano de Recuperação Judicial, apresenta as dívidas da Companhia em quatro classes de acordo com a Lei 11.101/2005, conforme segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Fornecedores - RJ (i)</b>		
Class II - Garantia Real	84.777	68.289
Class III - Quirografários	475.545	252.921
Class IV - Quirografários EPP/MP	573.672	324.913
<b>Circulante</b>		3.025
Não circulante	573.672	321.888
<b>Empréstimos</b>		324.913
Class II - Garantia Real	146.211	120.015
Class III - Quirografários	200.800	795.935
<b>Circulante</b>		39
Não circulante	347.016	415.929
<b>Salários e encargos sociais (ii)</b>		415.968
Class I - Trabalhista	8.353	28.220
<b>Circulante</b>		28.220
Não circulante	347.016	413.743
<b>Salários e encargos sociais (ii)</b>		28.220
Class I - Trabalhista	8.353	28.220

(i) Corresponde as dívidas oriundas de compras de matérias-primas, prestações de serviços e compras de materiais indiretos, bem como os saldos de Adiantamentos de clientes.

(ii) O passivo registrado na rubrica Salários e Encargos Sociais - RJ, corresponde a dívidas oriundas de indenizações trabalhistas de colaboradores desligados no período entre janeiro e fevereiro de 2019 decorrentes do processo de reestruturação da Companhia, além dos salários de colaboradores que se mantiveram ativos.

**14. Contingências**

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a provisão para contingências era composta como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<b>Contingências de naturezas:</b>		
Tributárias e administrativas	786	(685)
(-) Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias (a)	32.463	32.036
(-) Depósitos judiciais	(3.194)	(3.343)
Cíveis e ambientais	29.269	28.653
(-) Depósitos judiciais	5.610	6.163
Provisão para contingências	(7)	(303)
(-) Depósitos judiciais	5.603	5.860
Provisão para contingências	38.073	38.985
(-) Depósitos judiciais	(3.201)	(3.311)
Saldo inicial	38.985	30.015
Constituição (reversão), líquida	(2.523)	6.847
Atualização monetária	1.611	2.123
Saldo final	38.073	38.985

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

**i) Movimentação da provisão para contingências**

Nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial	38.985	30.015
Constituição (reversão), líquida	(2.523)	6.847
Atualização monetária	1.611	2.123
Saldo final	38.073	38.985

**ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados**

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributárias e administrativas	14.096	15.261
Cíveis e ambientais (i)	2.249	10.063
Previdenciários	3.577	3.432
Trabalhistas	3.452	3.618
	23.374	32.374
Classificados como redutores da provisão para contingência	(3.201)	(3.311)
Saldo de depósitos judiciais	20.173	19.063

(i) A redução do saldo de depósitos judiciais de natureza cíveis e ambientais decorre substancialmente da compensação do montante de R\$ 7.700 mil para pagamento de credor inscrito na recuperação judicial.

**iii) Passivos contingentes**

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como "Possível", para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributárias (i)	230.078	241.844
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	37.825	61.534
Cíveis e ambientais (iii)	14.625	15.818
	282.528	319.196

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

As ações tributárias referem-se, substancialmente, a autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, conforme descrito na Nota 6, no montante de R\$ 215.212 (R\$ 206.459 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente a Companhia possui ações em andamento em decorrência de utilização de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2019, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é "possível", portanto nenhuma provisão foi constituída.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa. A redução dos valores de passivos contingentes trabalhistas ocorreu, principalmente, devido a dois processos trabalhistas os quais foram julgados em favor da Companhia, alterando então, sua classificação para "remoto", conforme avaliação dos consultores jurídicos.

(ii) As ações cíveis e ambientais – com pedidos de indenizações por danos morais aos moradores da comunidade próxima da fábrica – estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública que tem como objeto a unidade de Paranaguá, os quais, durante o primeiro semestre de 2020, tiveram substancial redução de volume na quantidade de processos, assim como, ocorreram insumos jurídicos e acordos no decorrer do exercício de 2020, incluindo a transfêrencia em julho de 2019, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é "possível", portanto nenhuma provisão foi constituída.

**i) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR**

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fostato Simples) de Paranaguá - PR, no que tange a solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1ª Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fostato Simples), que no momento se encontram paralisadas, com condenação da Companhia, em danos coletivos no valor de R\$ 500, o valor da provisão contabilizada atualizada é de R\$ 1.585.

**v) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos**

Em fevereiro de 2023, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de tributos devidos em registro de Partida e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição pelo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também foi transitada em julgado.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 34.627 (R\$ 32.878 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a aquisição de pagamento junto à União Federal.

**vi) Ação de rescisão de produção de provas**

Confirme informado em Fato Relevante datado de 6 de fevereiro de 2020, um potencial investidor da Companhia decidiu com ação judicial de produção antecipada de provas contra a Companhia, em relação ao processo de recuperação judicial e peças contábeis disponibilizadas, em consequência de não ter obtido êxito nas negociações de aquisição do controle da Companhia conforme pretendido. O referido processo encontra-se em fase de preparação dos questionamentos pelas partes ("rol de quesitos"), os quais deverão ser respondidos pelo Perito Judicial no laudo pericial. A Administração da Companhia e/ou seus consultores jurídicos não vislumbra benefício econômico decorrente da ação, portanto nenhum reflexo desse tema foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

**15. Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)**

**(a) Capital social**

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementalmente diretos atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

**12. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incurrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Moeda nacional				
Capital de giro	14,28% do Di a.a.	14,28% do Di a.a.	304.398	153.033
Finame	2,5% a.a.	2,5% a.a.	49	229
Finimp	12,6% a.a.	12,6% a.a.	241	—
Outras obrigações	Libor + 3,0% a.a.	Libor + 3,0% a.a.	3.129	9.376
			307.817	162.638
Circulante			267.536	162.601
Não circulante			40.281	3.037
			307.817	162.638

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

**i) Capital de giro**

Refere-se a operação de empréstimos com instituições financeiras. No exercício final em 31 de dezembro de 2020, as operações de capital de giro no curto prazo, referem-se a fomentos e desconto de recebíveis (FIDC's).

**ii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2020	—	162.601
2021	267.536	34
2022	38.448	3
2023 em diante	1.833	—
	307.817	162.638

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	
	Finame	Finimp	Outras obrigações	BNDSES
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>				
Captações	1.931	—	9.244	46.027
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada	(1.698)	(7.208)	(1.356.735)	(13.972)
(-) Pagamento de juros	(63)	(31.972)	(139.664)	(46.953)
(-) Compensação créditos precatórios em garantia (i)	(508.531)	(37.687)	(139.664)	(46.953)
Transfêrencia entre contas (iii)	2.326	928	1.167	59
Provisão de juros	21.983			56
Variação cambial não realizada	2.136			440
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		153.034	229	9.376
Captações		1.772.563	241	2.961
(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada		(1.620.560)	(180)	(1.629.949)
(-) Pagamento de juros		(37.266)	(5)	(37.271)
Provisão de juros		173	5	178
Transfêrencia entre contas (iii)				
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		267.944	49	3.128

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a emitir o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito de R\$855.518 está representado por 53.857.284 ações.

**(b) Análise de avaliação patrimonial**

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

**(c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais**

Em 31 de dezembro de 2020, o montante que seria destinado à reserva de lucros é composto de: (i) Benefícios fiscais no valor de R\$ 47.741, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2020, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2020	2019	2020	Total
PSDI (i)	208.546	8.877	877	217.504
Desenvolve (ii)	10.217	7.188	1.499	23.645
Outros incentivos recebidos	6.685	—	—	6.685
	225.448	16.065	1.586	247.834

**Benefício fiscal de redução de ICMS:**

(i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal no respondente à redução de 92% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de setembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Andaraí - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena de perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Outras contas a pagar (i)	15.282	34.666
Demurrage a pagar	12.638	12.934
Custo de importação a pagar	23.258	10.669
Provisão de comissões	4.972	4.347
Rateio de importação	45	242
Outros	56.195	62.811

(i) Refere-se a obrigações trabalhistas relacionadas aos artigos nº 467 e 477 da CLT que tratam de multas por atraso no pagamento de verbas rescisórias no montante de R\$ 10.043 em 31 de dezembro de 2019, e gastos com consultoria administrativa e financeira relacionadas à Recuperação Judicial no montante de R\$ 10.204 (R\$ 24.223 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu com a reversão da provisão pertinente aos artigos 467 e 477, devido ao fato de não ter sido imputadas ações por ex-colaboradores pleiteando os lucros, remanesceu ainda o montante de R\$ 5.078, corresponde a provisão para pagamentos de honorários sucumbenciais referente aos acordos firmados junto a credores inscritos no Plano de Recuperação Judicial.

**17. Resultado por ação**

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(199.183)	664.641
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	53.857	53.857
Resultado básico por ação ordinária	(3.698)	12.340

Nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram transações com ações ordinárias diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

No exercício final em 31 de dezembro de 2020, não há diluição de prejuízos.

**18. Receita operacional líquida**

A receita segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, o controle do produto são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador recebe, com transportes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente o controle e todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Vendas brutas de produtos	2.242.714	1.198.902
(-) Deduções de receita bruta de vendas:		
Perdas esperada nos recebimentos das vendas:	(381)	(227)
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e devoluções de vendas	(7.032)	(5.663)
Impostos sobre as vendas	(25.850)	(13.258)
Incentivos fiscais (ICMS (PSDI))	—	87
Incentivos fiscais (ICMS (Desenvolve))	4.741	1.499
	2.214.192	1.181.340

**19. Custos e despesas por natureza**

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo de produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Assim, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão do PAA sobre Reconhecimento dos efeitos contábeis do Plano de recuperação judicial em virtude de ter sido um evento do ano de 2019.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
-----------------	---

#### Estimativas utilizadas na avaliação do valor recuperável de ativos imobilizados (Notas 2.7.1(b), (c) e 10)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados, devido a existência de indicadores de perdas por *impairment*, relacionados com o histórico de prejuízos, paralisação de certas unidades produtivas e Plano de recuperação judicial mencionado na Nota 1.1.

A administração da Companhia estimou o valor recuperável desses ativos com base no valor em uso para as unidades em operação, e pelo valor justo, líquido das despesas de venda para as unidades paralisadas. Não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Focamos nossos trabalhos nesta área, pois tanto as projeções de resultados base para avaliação do valor recuperável dos ativos pelo método de valor em uso, como os cálculos a valor justo, líquido das despesas de vendas, para a avaliação dos ativos das unidades paralisadas, envolvem julgamentos e premissas críticas da administração na preparação dessas estimativas de valor recuperável, que, se alterados, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Atualizamos o entendimento do processo realizado pela administração da Companhia para definição das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), e mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados de cada UGC.

Para as unidades avaliadas pelo valor em uso:

- Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação com as projeções de resultados futuros ("projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado.

• Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas projeções, tais como: taxa de desconto, taxa de crescimento de receita e a margem bruta esperada por UGC mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para as principais premissas utilizadas nas projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Para as unidades avaliadas pelo valor justo, líquido das despesas de vendas:

- Avaliamos a competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia para a avaliação ao valor justo dos referidos ativos.
- Efetuamos, com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos, a análise das bases e das principais premissas utilizadas para mensuração do valor justo, líquido das despesas de venda dos ativos imobilizados.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações feitas em notas explicativas, são consistentes com as evidências obtidas.

#### Recuperabilidade dos créditos tributários de PIS e COFINS (Nota 6)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem saldo de PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$ 220.562 mil, decorrentes da tomada de créditos na aquisição de insumos.

A administração vem tomando as ações necessárias, incluindo medidas jurídicas, de forma a demonstrar, para as autoridades fiscais, que a tomada de créditos de PIS e COFINS sobre insumos seguiu a legislação fiscal vigente, buscando, assim, obter autorização para ressarcimento e/ou compensação dos referidos créditos.

Considerando a relevância dos montantes envolvidos e a complexidade da legislação fiscal vigente, consideramos essa como uma das áreas de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e a avaliação dos controles internos relevantes e procedimentos adotados pela Companhia para a tomada de créditos de PIS e COFINS.

Reavaliamos, em base de testes, os créditos tomados sobre insumos. Avaliamos os mecanismos da Companhia para suportar as respostas da administração aos questionamentos das autoridades fiscais quanto a autorização à utilização dos referidos créditos.

Com o apoio de especialistas tributários, efetuamos leitura dos questionamentos efetuados pelas autoridades fiscais quanto ao conceito de "insumo" adotado pela Companhia, e discutimos com a administração suas conclusões, fundamentadas em opinião legal de assessores jurídicos da Companhia.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e mecanismos utilizados pela administração da Companhia para o reconhecimento dos referidos créditos tributários, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

#### Contingências tributária, previdenciária, trabalhista, civil e ambiental (Notas 2.7.1(a) e 14)

A Companhia é parte passiva ("Ré") em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, civil e ambiental originados no curso normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui provisão para contingências no montante de R\$ 34.872 mil para fazer face a esses riscos, bem como divulga os passivos contingentes relevantes.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas tributários, previdenciários, trabalhistas, civis e ambientais e seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes.

Obtivemos junto aos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia, confirmação dos valores e da classificação de perda utilizados pela administração da Companhia para mensuração da provisão para contingências.

Para determinados processos, solicitamos opiniões específicas de assessores jurídicos com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos de perdas das respectivas causas, as argumentações apresentadas e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de março de 2021

#### PricewaterhouseCoopers

##### Audidores Independentes

CRC 2SP000160/0-5

Eduardo Dias Vendramini

Contador CRC 1SP2200170-4